

**PROTOCOLO DE INCORPORAÇÃO E INSTRUMENTO DE JUSTIFICAÇÃO DA
TELEMIG CELULAR PARTICIPAÇÕES S.A. PELA
VIVO PARTICIPAÇÕES S.A.**

Pelo presente instrumento particular, as partes abaixo qualificadas, pelos respectivos Diretores, têm entre si certo e ajustado celebrar o presente Protocolo de Incorporação e Instrumento de Justificação (“Protocolo”), de acordo com os artigos 224, 225 e 227 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, observando-se as disposições aplicáveis da Instrução CVM nº 319 de 03 de dezembro de 1999.

(a) VIVO PARTICIPAÇÕES S.A., sociedade anônima de capital aberto, constituída de acordo com as leis do Brasil, com sede na Av. Roque Petroni Junior, 1464, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.558.074/0001-73, neste ato representada por **Roberto Oliveira de Lima**, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da Carteira de Identidade nº 4.455.053-4 – SSP/SP e inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda (CPF/MF) sob o nº 860.196.518-00, e **Cristiane Barretto Sales**, brasileira, casada, administradora de empresas, portadora da carteira de identidade nº 2714796 – SSP/BA, inscrita no CPF/MF sob o nº 405.908.015-20, ambos residentes e domiciliados na Capital do Estado de São Paulo, com endereço comercial na Av. Roque Petroni Junior 1464, 6º andar, lado A, Morumbi, – CEP 04707-000 (“Vivo Part.” ou “Incorporadora”);

e, de outro lado,

(b) TELEMIG CELULAR PARTICIPAÇÕES S.A., sociedade anônima de capital aberto, constituída de acordo com as leis do Brasil, com sede na Rua Levindo Lopes, 258, cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.558.118/0001-65, neste ato representada por **Roberto Oliveira de Lima**, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da Carteira de Identidade nº 4.455.053-4 – SSP/SP e inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda (CPF/MF) sob o nº 860.196.518-00, e **Cristiane Barretto Sales**, brasileira, casada, administradora de empresas, portadora da carteira de identidade nº 2714796 – SSP/BA, inscrita no CPF/MF sob o nº 405.908.015-20, ambos residentes e domiciliados na Capital do Estado de São Paulo, com endereço comercial na Av. Roque Petroni Junior 1464, 6º andar, lado A, Morumbi, – CEP 04707-000 (“TCP” ou “Incorporada”);

sendo a TCP em conjunto com a Vivo Part., designadas simplesmente “Partes”.

1. JUSTIFICACÃO

CONSIDERANDO que em 27 de julho de 2009, foram aprovadas em assembleia geral extraordinária de cada uma das Partes e da Telemig Celular S.A., sociedade anônima de capital aberto, constituída de acordo com as leis do Brasil, com sede na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, na Rua Levindo Lopes, 258, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.320.739/0001-06 (“TC”), uma reestruturação societária que consistiu na incorporação pela TCP da totalidade das ações da sua controlada TC, de modo que a TC passou a ser subsidiária integral da TCP e que na mesma data, as ações da TCP foram incorporadas, em sua totalidade, pela Vivo Part., atribuindo-se aos titulares das ações da TCP incorporadas (inclusive aquelas provenientes da incorporação da TC), novas ações da Vivo Part., tornando-se a TCP subsidiária integral da Vivo Part. (“Reestruturação Societária”).

CONSIDERANDO que a Reestruturação Societária visava simplificar a estrutura organizacional das companhias que haviam sido adquiridas pela Vivo Part. no ano de 2007, o que viabilizou a participação dos acionistas da TC e da TCP na Vivo Part., única Companhia com ações negociadas nas bolsas de valores brasileira e de Nova York, gerando maior liquidez e simplificando a administração de tais sociedades.

CONSIDERANDO que, como divulgado por meio de fato relevante datado de 20 de março de 2009, tendo em vista que a incorporação do patrimônio da TCP pela Vivo Part. e sua extinção, exigiriam a aprovação prévia da ANATEL, tal incorporação não foi contemplada na Reestruturação Societária aprovada em 27/07/2009;

CONSIDERANDO que com vistas a dar continuidade ao processo de simplificação da estrutura societária das empresas VIVO, como anteriormente mencionado, sem que isso represente ou cause, no entanto, alterações na sua estrutura acionária, e que a manutenção de diversas sociedades *holding* e estruturas organizacionais distintas aumenta custos administrativos e operacionais.

As Partes entendem que a continuação da simplificação da estrutura societária, mediante a incorporação da TCP na Vivo Part., nos termos deste Protocolo, se justifica, na medida em que diminuirá custos administrativos, bem como facilitará a unificação, padronização e racionalização da administração das sociedades envolvidas.

2. CAPITAL DA SOCIEDADE INCORPORADORA E INCORPORADA.

2.1. Capital Social da Vivo Part.: o capital social subscrito e integralizado da Vivo Part. nesta data é de R\$ 8.780.150.322,86 (oito bilhões, setecentos e oitenta milhões, cento e cinquenta mil, trezentos e vinte e dois reais e oitenta e seis centavos) representado por 400.713.827 ações, sendo 137.269.188 ações ordinárias e 263.444.639 ações preferenciais, todas nominativas escriturais e sem valor nominal.

2.2. Capital Social da TCP: o capital social subscrito e integralizado da TCP nesta data é de R\$ 1.084.719.438,71 (um bilhão, oitenta e quatro milhões, setecentos e dezenove mil, quatrocentos e trinta e oito reais e setenta e um centavos) representado por 44.401.757 ações, sendo 15.367.791 ações ordinárias e 29.033.966 ações preferenciais, todas nominativas escriturais e sem valor nominal.

3. INCORPORAÇÃO, AVALIAÇÃO E PATRIMÔNIO DA INCORPORADA:

3.1. Data Base e Avaliação: com a incorporação da TCP, o patrimônio líquido da TCP será vertido à Vivo Part.. O acervo líquido da TCP a ser incorporado pela Vivo Part. foi avaliado com base no seu valor contábil, na data de 31/08/2009 (“Data Base”), de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. O Laudo de Avaliação do acervo líquido da TCP a ser vertido para a Vivo Part., em conformidade com o disposto no art. 227 da Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976, foi preparado pela empresa de avaliação independente Ernst & Young Auditores Independentes SS., com sede na Av. Presidente Juscelino Kubitschek, 1830, Torre I, 5º e 6º. Andares, São Paulo/SP, CEP 04543-900, inscrita no CNPJ/MF sob nº. 61.366.936/0001-25, "*ad referendum*" do acionista das Partes deste Protocolo.

3.2. As variações patrimoniais ocorridas na TCP entre a Data Base da operação e a efetivação da incorporação, serão absorvidas pela Vivo Part.

3.3. Capital e Ações da Incorporada: o patrimônio líquido da TCP a ser incorporado pela Vivo Part. avaliado no valor de R\$ 2.277.168.423,61 (dois bilhões, duzentos e setenta e sete milhões, cento e sessenta e oito mil, quatrocentos e vinte e três reais e sessenta e um centavos), compreende as ações de controle da TC, encontra-se descrito e indicado no Laudo de Avaliação.

3.4. Extinção da Incorporada: com a incorporação da TCP e a conseqüente versão de todo o seu patrimônio para a Vivo Part., a TCP será extinta nos termos do disposto no artigo 227 da Lei nº 6.404/76, cabendo aos Administradores da Vivo Part. promoverem o arquivamento e publicação dos atos da operação.

3.5. Patrimônio da Incorporadora: a incorporação da TCP pela Vivo Part., conforme descrita acima, não acarretará aumento de capital na Incorporadora, uma vez que a Vivo Part. já tem registrado em seu patrimônio líquido o valor das ações da TCP, não havendo, também, que se falar em substituição de ações de acionistas não controladores da Incorporada por ações da Incorporadora.

4. AÇÕES DA INCORPORADORA, SUBSTITUIÇÃO DAS AÇÕES DETIDAS PELA TCP, DIREITOS POLÍTICOS E PATRIMONIAIS.

4.1. Ausência de Critério de Determinação da Relação de Substituição e Avaliação: considerando que a TCP é subsidiária integral da Vivo Part. (inexistindo, portanto, acionistas minoritários na TCP), as ações de emissão da TCP serão canceladas e as ações da TC detidas pela TCP passarão a ser detidas pela Vivo Part.

4.2. Inexistência de Relação de Substituição: tendo em vista que inexistem acionistas não controladores da TCP, posto que esta é subsidiária integral da Vivo Part., não há que se falar em relação de substituição de ações de minoritários da TCP por ações da Incorporadora. Conforme referido no item 4.1. acima, a Vivo Part. passará a deter, diretamente, ações da TC, na mesma quantidade e espécies e com os mesmos direitos dessas ações anteriormente detidas pela TCP, em virtude da extinção desta.

4.3. Ausência de Avaliação dos patrimônios líquidos a preços de mercado para fins do Artigo 264 da Lei das S.A.: tendo em vista que a presente operação de incorporação não acarreta aumento do capital social da Incorporadora nem alteração nas participações dos seus acionistas, dado que inexistem acionistas não controladores da TCP, não há relação de troca, também não havendo, por consequência, interesses de acionistas minoritários a serem tutelados e direito de recesso em relação à TCP e, portanto, segundo entendimento da Comissão de Valores Mobiliários em casos precedentes semelhantes, não se aplica o disposto no artigo 264 da Lei das S.A. (vide Processos CVM RJ 2007-2920, 2007-3645, 2005-7838, 2005-9849 e 2004-2040).

5. DEMAIS CONDIÇÕES APLICÁVEIS À INCORPORAÇÃO.

5.1. Atos Societários: serão realizadas Assembleias Gerais Extraordinárias da TCP e da Vivo Part., para apreciação e deliberação a respeito da operação contemplada neste Protocolo.

5.2. Inexistência de Direito de Recesso: conforme acima referido, não há que se falar em dissidência e exercício do direito de recesso de acionistas não controladores da TCP de que tratam os artigos 136, inciso (ix) e 137 da Lei das S.A..

5.3. Sucessão: a Incorporadora sucederá a TCP em seus direitos e obrigações, respondendo solidariamente pelas obrigações da TCP nos termos do disposto nos artigos 227 e 232, da Lei nº 6.404/76.

5.4. Autorização: sem prejuízo do disposto no item 3.4. deste Protocolo, uma vez aprovada a incorporação da TCP, os Diretores da Incorporadora ficam responsáveis e autorizados a tomarem as medidas necessárias para a implementação dos termos e condições pactuados neste Protocolo, nos termos da legislação aplicável.

5.5. Aprovação Prévia da ANATEL: a presente incorporação da TCP e sua consequente extinção, foi submetida à apreciação e aprovação prévias da Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL.

5.6. Operações Futuras: uma vez concluída a reestruturação societária objeto deste Protocolo será considerada, sujeita às devidas aprovações societárias e regulatórias necessárias, a possibilidade de realização de incorporação da TC na Vivo Part., com vistas a finalizar o processo de simplificação da estrutura societária da VIVO, sem que isso represente ou cause, no entanto, alterações na sua estrutura acionária, uma vez que a TC já é subsidiária integral da TCP e será, após a implementação da reestruturação aqui descrita, subsidiária integral da Vivo Part.. Entretanto, tendo em vista que a incorporação da TC exige aprovação prévia da ANATEL, além

de integração do sistema operacional da TC e a adequação da Vivo Part. à condição de sociedade operacional, tal incorporação não foi contemplada na reestruturação societária aqui descrita.

5.7. Foro: fica eleito o Foro da cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, para dirimir quaisquer controvérsias oriundas deste Protocolo.

E, por estarem assim justas e contratadas, assinam o presente instrumento em 06 (seis) vias de igual teor e para um só efeito, juntamente com duas testemunhas.

São Paulo, 08 de outubro de 2009.

VIVO PARTICIPAÇÕES S.A.

Roberto Oliveira de Lima

Cristiane Barretto Sales

TELEMIG CELULAR PARTICIPAÇÕES S.A.

Roberto Oliveira de Lima

Cristiane Barretto Sales

Testemunhas:

1. _____
Cláudio Wenzel Lagos
CPF 757.777.208-97

2. _____
Celso Martello
CPF 362.476.260-53